

Apresentação

O número dois do volume sete de GeoTextos abre sua seção Artigos com dois textos de Geografia Histórica, ambos produzidos em centros de pesquisa nordestinos. O primeiro, de Maria Edivani Silva Barbosa, busca desvendar as ações dos agentes modeladores do espaço urbano de Aracati, no Ceará, no período colonial, focando os agentes econômicos (fazendeiros, comerciantes e charqueadores), a Igreja e as irmandades religiosas, o Estado português, a Câmara municipal e demais grupos sociais. Surgida no século XVIII, Aracati ainda preserva algumas particularidades, que a distinguem de outras cidades coloniais brasileiras, entre elas, o traçado urbano retilíneo com ruas largas, cortadas por becos. Por outro lado, conforme Barbosa e como outras cidades históricas do Ceará colonial, “a organização dessas vilas compunha-se da Câmara municipal, da igreja matriz, do pelourinho, símbolos que se materializavam no espaço, representando as forças dos principais agentes detentores do poder econômico, político e cultural”.

No texto que se segue, Rebeca Maria Aguiar do Nascimento e Doralice Sátyro Maia vão destacar os impactos da Lei de Terras de 1850 na estrutura fundiária da “Cidade da Parahyba”, partindo do entendimento de que o processo de privatização do solo urbano, institucionalizado por esta Lei, se constituiu um marco importante para a compreensão da cidade e da vida urbana. As autoras vão concluir que “além da acumulação de capital decorrente da produção algodoeira, o ideário da Modernidade e do Higienismo são responsáveis por muitas das alterações na morfologia da Cidade da Parahyba na segunda metade do século XIX e início do século XX”. O Estado vai exercer nesse contexto um papel central, na promoção da “racionalização do espaço, ordenando, arruando, calçando as principais ruas e tornando a cidade apta para receber a elite agrária que passa então a residir na cidade”.

Os quatro artigos seguintes possuem em comum uma abordagem cultural para os estudos de Geografia Humana, aprofundando a discussão sobre as paisagens sonoras e sua relação com a formação de territórios e multiterritorialidades, conforme discutido por Marcos Alberto Torres; sobre as Geografias Audiovisuais, como uma área mais abrangente de

investigação geográfica que as “Geografias de Cinema”, uma proposição de cunho teórico-metodológico de Tiago de Almeida Moreira; sobre a espetacularização das festas juninas e a construção de “cenários festivos”, a partir de um estudo de caso da Festa de São João de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza-CE, realizado por Maryvone Moura Gomes, “considerando-se a espacialidade dos processos e sua complexidade na pós-modernidade”; e, finalmente, sobre as homônimas sígnicas da paisagem, “como subsídios metodológicos para as ações de planejamento ambiental no Parque Nacional de Superagui”, no Paraná, conforme proposto por Helena Midori Kashiwagi.

A seção Artigos se completa com o texto de Marco Antônio Tomasoni, no qual o autor busca refletir sobre as mudanças globais relativas ao clima e, de modo mais específico, “sobre a problemática dos CFC’s e da camada de ozônio e alguns de seus aspectos teóricos e técnicos”, concluindo que “a questão das transformações dos sistemas ambientais é inevitável, e só com diagnósticos de qualidade é que poderemos realizar uma adaptação que dê respostas adequadas e eficientes, no sentido de mitigar inevitáveis custos socioambientais que ainda estão por vir”. Finalmente, no último artigo da seção, Barbara-Christine Nentwig Silva e Maina Pirajá Silva vão analisar o crescimento, no período 2000-2010, da população total do Estado da Bahia, de suas Microrregiões Geográficas e de seus municípios, explicitando o crescimento da população urbana, da população das cidades e da população rural do Estado, das Microrregiões Geográficas e dos municípios. As autoras procuram também correlacionar o crescimento da população total com o da população urbana, das cidades e da população rural “visando melhor entender a complexidade espacial da dinâmica demográfica”, concluindo que “a Bahia continua apresentando, na década 2000-2010, importantes mudanças nas características de seu crescimento demográfico, iniciadas em períodos anteriores. Com efeito, continua a redução no ritmo de crescimento da população total e, nesta dinâmica, verifica-se o forte despovoamento do campo, embora no conjunto dos municípios em um ritmo um pouco menor do que na década anterior. Por outro lado, o crescimento da população urbana e da população das cidades do Estado é intenso”.

Na seção Perspectivas, Dalvani Fernandes e Sylvio Fausto Gil Filho objetivam “apresentar algumas articulações possíveis entre a filosofia das

formas simbólicas de Ernst Cassirer e a geografia da religião”, afim de “contribuir com o debate em torno da construção de uma ciência mais compreensiva que explicativa”. Para os autores, o conceito cassireriano de formas simbólicas pode auxiliar na tarefa de espacialização da religião, já que, para Cassirer, o conhecimento não está no mundo, mas no sujeito: “O que nós conhecemos das coisas, não está nas coisas, está em nós. Somos nós que damos sentido ao mundo, e objetivamos nossa realidade”. Sob esse enfoque vão concluir que, “do mesmo modo que a linguagem como forma simbólica opera universalmente o mundo das representações em sua função de plasmar o real, a religião possui diferentes manifestações enquanto uma expressão concreta da ‘estrutura universal da consciência religiosa”.

Boa Leitura!

Angelo Serpa
Editor responsável